



REPERCUSSÃO GERAL (STF)

Observações:

O NUGEPNAC elaborou a tabela contendo temas na situação "analisada preliminar de repercussão geral", "acórdão de repercussão geral publicado", "aguarda substituição de paradigma" e "em julgamento"; Essa tabela não substitui a consulta dos temas diretamente na página eletrônica do STF (<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/pesquisarProcesso.asp>); Orienta-se acessar o inteiro teor da decisão do recurso paradigma vinculado ao tema para confirmar o alcance da decisão e os seus fundamentos; A situação do tema corresponde àquela no momento da consulta pelo NUGEPNAC (06/04/2026); O Banco Nacional de Precedentes do CNJ pode ser consultado em: <https://pangeabnp.pdpj.jus.br/>

Tema	Ramo do Direito	Descrição	Situação	Repercussão	Suspensão Nacional	Movimentação Código TPU
79	DIREITO TRIBUTÁRIO	a) Reserva de lei complementar para instituir PIS e COFINS sobre a importação. b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.865/2004.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
118	DIREITO TRIBUTÁRIO	Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
167	DIREITO TRIBUTÁRIO	Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
208	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Competência jurisdicional para processar e julgar ação de reparação de danos causados por crítica veiculada pela internet.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
254	DIREITO TRIBUTÁRIO	Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
264	DIREITO DO CONSUMIDOR	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
265	DIREITO DO CONSUMIDOR	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-

289	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
381	DIREITO DO CONSUMIDOR	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
441	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
496	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Direito do Ministério Público de recorrer, apesar do acolhimento de pleito de impronúncia formulado por Promotor de Justiça posteriormente substituído.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
516	DIREITO TRIBUTÁRIO	Sujeição passiva das cooperativas à contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
527	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Serviço de entrega de guias ou boletos de cobrança realizado diretamente pelo ente federativo interessado em face do monopólio da União.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
536	DIREITO TRIBUTÁRIO	Incidência de COFINS, PIS e CSLL sobre o produto de ato cooperado ou cooperativo.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
556	DIREITO DO TRABALHO	Demissão sem justa causa de professor sem prévia instauração de inquérito administrativo, não obstante a previsão no regimento interno da instituição privada de ensino.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
843	DIREITO TRIBUTÁRIO	Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
903	DIREITO TRIBUTÁRIO	a) Possibilidade de delegação, mediante contrato de concessão, do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares; b) Natureza jurídica da remuneração do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares prestado por concessionária, no que diz respeito à essencialidade e à compulsoriedade.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
905	DIREITO PENAL	Constitucionalidade da inclusão e manutenção de perfil genético de condenados por crimes violentos ou por crimes hediondos em banco de dados estatal.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
912	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Possibilidade de lei proibir o uso de máscaras em manifestações públicas.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
924	DIREITO PENAL	Tipicidade das condutas de estabelecer e explorar jogos de azar em face da Constituição da República de 1988. Recepção do "caput" do art. 50 do Decreto-Lei n. 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais).	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-

934	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Constitucionalidade da vinculação de receita arrecadada com multas tributárias para o pagamento de adicional de produtividade fiscal.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
936	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Exigência de inscrição de advogado público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício de suas funções públicas	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
971	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Possibilidade da participação exclusiva de empresas do setor sucroalcooleiro situadas nas regiões Norte e Nordeste na denominada cota americana, que representa o volume de açúcar destinado ao mercado preferencial americano (art. 7º da Lei n. 9.362/1996).	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
989	DIREITO PENAL	Discussão sobre a constitucionalidade do art. 233 do Código Penal (Praticar ato obsceno em local público, ou aberto ou exposto ao público) por suposta afronta ao princípio da reserva legal (art. 5º, inc. XXXIX, da Constituição da República) no que se refere à taxatividade do tipo penal descrito.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1000	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Discussão quanto à constitucionalidade de norma que prevê a possibilidade de nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo político.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1016	DIREITO DO CONSUMIDOR	Constitucionalidade da inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária incidente sobre valores depositados judicialmente.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1067	DIREITO TRIBUTÁRIO	Inclusão da COFINS e da contribuição ao PIS em suas próprias bases de cálculo.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1071	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Definição do termo "ingressado no serviço público", à luz do art. 40, § 16, da Constituição Federal, para fins de definição do alcance temporal do direito de opção do servidor público federal, oriundo de cargo público de outro ente da federação, ao novo regime de previdência complementar.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1113	DIREITO TRIBUTÁRIO	Inclusão do valor da subvenção econômica da Lei 10.604/2002 na base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1121	DIREITO ELEITORAL	Constitucionalidade do compartilhamento com o Ministério Público Eleitoral, para fins de apuração de irregularidades em doações eleitorais, dos dados fiscais de pessoas físicas e jurídicas obtidos com base em convênio firmado entre a Receita Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, sem autorização prévia do Poder Judiciário.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1122	DIREITO TRIBUTÁRIO	Imunidade tributária recíproca em favor de sociedade de economia mista prestadora de serviço público relativo à construção de moradias para famílias de baixa renda.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1138	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Consideração do alcance, ante o princípio constitucional da não culpabilidade, do termo "decisão criminal" contido no artigo 5º, § 1º, da Lei nº 13.254/2016, no que prevista a possibilidade de ser reconhecida a extinção da punibilidade em decorrência de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1141	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Responsabilidade civil por disponibilização na internet de informações processuais publicadas nos órgãos oficiais do Poder Judiciário, sem restrição de sigilo ou obrigação jurídica de remoção.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-

1145	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Possibilidade de instituição de vantagem pessoal nominalmente identificada – VPNI, por decisão judicial, em favor de servidor público, a fim de conciliar o exercício da autotutela administrativa com os princípios da proteção da confiança e da irredutibilidade de vencimentos, após longo período de interpretação inconstitucional da forma de cálculo de vantagem remuneratória.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1147	DIREITO PENAL	Competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar desembargador de Tribunal de Justiça por crime comum, ausente relação com o cargo público ocupado.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1148	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Limites para decretação judicial da quebra de sigilo de dados telemáticos, no âmbito de procedimentos penais, em relação a pessoas indeterminadas.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1158	DIREITO PENAL	Constitucionalidade da diferenciação das condições de trabalho necessárias à tipificação do trabalho como degradante em razão da realidade local em que realizado e o standard probatório para condenação pelo crime de redução a condição análoga à de escravo.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1185	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Obrigatoriedade de informação do direito ao silêncio ao preso, no momento da abordagem policial, sob pena de ilicitude da prova, tendo em vista os princípios da não auto-incriminação e do devido processo legal.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1192	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Constitucionalidade de lei municipal que preveja revisão geral anual do subsídio de agentes políticos na mesma legislatura.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1195	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Possibilidade de fixação de multa tributária punitiva, não qualificada, em montante superior a 100% (cem por cento) do tributo devido.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1198	DIREITO TRIBUTÁRIO	Constitucionalidade da cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) por Estado diverso da sede de empresa locadora de veículos, quando esta possuir filial em outro estado, onde igualmente exerce atividades comerciais (distinção do Tema 708, RE 1.016.605).	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1202	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Efeitos das Emendas Constitucionais 41/2003 e 47/2005 sobre norma de Constituição Estadual editada na vigência da Emenda Constitucional 19/1998, que previa como limite de remuneração para todo o funcionalismo estadual o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do Tribunal de Justiça respectivo.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1205	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Discussão sobre a exclusividade da propriedade industrial em razão da demora na concessão do registro de marca pelo INPI concomitante ao surgimento de uso mundialmente consagrado da mesma marca por concorrente.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1208	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Pressupostos de validade do consentimento do morador para a busca e apreensão domiciliar.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1210	DIREITO TRIBUTÁRIO	Incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS) na cessão de direito de uso de marca.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1211	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Concessão de décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional a conciliadores e juizes leigos.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1218	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Adoção do piso nacional estipulado pela Lei federal 11.738/2008 como base para o vencimento inicial da carreira do magistério da Educação Básica estadual, com reflexos nos demais níveis, faixas e classes da carreira escalonada.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1219	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Legitimidade subsidiária da Procuradoria da Fazenda Pública, após a vigência da Lei 13.964/2019, para execução de pena de multa decorrente de condenação criminal, nos casos de inércia do Ministério Público.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1226	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Constitucionalidade do artigo 11, § 1º, incisos V a VIII, da Emenda Constitucional 103/2019, ante a previsão de alíquotas progressivas às contribuições previdenciárias dos servidores públicos federais.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-

1242	DIREITO PENAL	Possibilidade ou não de se criminalizar a conduta daquele que descumpra ordem de parada, no contexto de atividade de policiamento ostensivo de segurança pública, com o fim deliberado de ocultar delito anterior, tendo em conta a garantia constitucional contra a autoincriminação.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1250	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Obrigatoriedade de observância do piso salarial da categoria profissional, estabelecido por lei federal, inclusive em relação aos servidores públicos municipais, ante a competência da União prevista no art. 22, XVI, da Constituição Federal.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1252	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA para editar normas sobre a restrição de importação e comercialização de cigarros, especificamente as contidas na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 14/2012, no que proíbe o uso de certos aditivos.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1255	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Possibilidade da fixação dos honorários por apreciação equitativa (artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil) quando os valores da condenação, da causa ou o proveito econômico da demanda forem exorbitantes.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1258	DIREITO TRIBUTÁRIO	Possibilidade de manutenção dos créditos de ICMS relativos às operações internas anteriores à operação interestadual com combustíveis derivados de petróleo imune ao imposto devido ao estado de origem.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1270	DIREITO CIVIL	Legitimidade do Ministério Público para promover a liquidação coletiva de sentença proferida em ação civil pública sobre direitos individuais homogêneos disponíveis, visando a reparação de danos individualmente sofridos pelas vítimas ou seus sucessores.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1271	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Exclusão da criança e do adolescente sob guarda do rol de beneficiários, na condição de dependentes, do segurado do Regime Geral de Previdência Social, implementada pelo art. 23 da Emenda Constitucional nº 103/2019.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1274	DIREITO TRIBUTÁRIO	Constitucionalidade da incidência de contribuição previdenciária a cargo da empregada sobre o salário-maternidade pago pela Previdência Social.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1275	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Constitucionalidade da composição da base de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios – FPM mediante: (i) a adoção de portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e não do Balanço Geral da União (BGU); (ii) a dedução dos valores referentes ao Programa de Integração Nacional – PIN e ao Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – PROTERRA; (iii) a dedução linear pelo percentual máximo de 5,6% (cinco vírgula seis por cento) da parcela destinada ao Fundo Social de Emergência – FSE e Fundo de Estabilização Fiscal – FEF; e (iv) a dedução das restituições do imposto de renda retido na fonte pela União, autarquias e fundações federais.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1276	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Possibilidade de, em decorrência da autotutela administrativa, efetivar-se a supressão de vantagem pessoal, de trato sucessivo, incorporada por erro da Administração aos proventos de servidora pública há mais de cinco anos.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1281	DIREITO PENAL	Possibilidade de incidência da causa de aumento de pena de furto noturno sobre as formas qualificadas do delito.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1290	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Critério de reajuste do saldo devedor das cédulas de crédito rural, no mês de março de 1990, nos quais prevista a indexação aos índices da caderneta de poupança.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1291	DIREITO DO TRABALHO	Reconhecimento de vínculo empregatício entre motorista de aplicativo de prestação de serviços de transporte e a empresa administradora de plataforma digital.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1293	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Extensão aos servidores inativos dos efeitos remuneratórios decorrentes da reestruturação da carreira de professor do Município de Belo Horizonte.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-

1297	DIREITO TRIBUTÁRIO	Imunidade tributária recíproca sobre bens afetados à concessão de serviço público.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1298	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Recebimento de pensão previdenciária por mulher transexual, na condição de filha maior solteira, em que a alteração do registro civil ocorreu após a morte do servidor.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1299	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Constitucionalidade do repasse de parte dos emolumentos extrajudiciais para o financiamento das instituições integrantes do Sistema do Justiça e se tal matéria, configurando ou não organização judiciária, se subordina ou não à iniciativa legislativa privativa dos Tribunais de Justiça.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1302	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Competência para processar e julgar ações de cobrança de contribuições devidas por advogados à Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1308	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Incidência do piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica aos servidores contratados temporariamente.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1309	DIREITO TRIBUTÁRIO	Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras oriundas de aplicações financeiras das reservas técnicas de empresas seguradoras.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1310	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Impossibilidade de o militar, portador assintomático do vírus HIV, ser reformado ex officio por incapacidade definitiva para o serviço ativo das Forças Armadas, somente por esse motivo, antes da alteração legislativa promovida pela Lei 13.954/2019.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1311	DIREITO PENAL	Possibilidade de despronúncia, após condenação pelo Tribunal do Júri transitada em julgado, por decisão em habeas corpus.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1313	DIREITO CIVIL	O termo inicial dos reflexos da conversão da união estável em casamento.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1315	DIREITO PENAL	Licitude de prova obtida por meio de busca pessoal realizada por agente de segurança privada, contratado por empresa pública ou sociedade de economia mista prestadoras de serviço público, no legítimo exercício de poder de polícia e com a finalidade de garantir a segurança dos usuários de serviços públicos (plataforma da estação da CPTM).	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1316	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Indisponibilidade de bem de família e previsão de ressarcimento integral ao erário pela prática de ato de improbidade administrativa. Necessidade de conciliação interpretativa dos artigos 6º e 37,§4º da Constituição Federal.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1319	DIREITO PROCESSUAL PENAL	A possibilidade de aplicação retroativa do art. 112, VI, a, da Lei de Execuções Penais (redação da Lei nº 13.964/2019), para garantir a progressão de regime de condenado por crime hediondo, mas sem a incidência da vedação ao livramento condicional e à saída temporária.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1320	DIREITO TRIBUTÁRIO	Imunidade da contribuição devida pelo empregador rural ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) incidentes sobre as receitas decorrentes de exportações.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1324	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Revisão de salário-base de professor municipal, com base no valor de atualização do piso nacional da educação fixado em Portaria do Ministério da Educação – MEC.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1329	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Possibilidade de complementação de contribuição previdenciária para enquadramento em regra de transição prevista no art. 17 da Emenda Constitucional nº 103/2019.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1332	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	(In)constitucionalidade de marco regulatório municipal dos serviços cemiteriais, funerários e de cremação, à luz das normas constitucionais da ordem econômica.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1341	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Princípio da Legalidade e limites da Resolução RDC 327/2019 da ANVISA, que proíbe a manipulação de fórmulas magistrais contendo derivados ou fitofármacos à base de Cannabis e estabelece que os produtos de Cannabis devem ser dispensados exclusivamente por farmácias sem manipulação ou drogarias, mediante apresentação de prescrição por profissional médico, legalmente habilitado.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-

1343	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Realização de inspeções médicas invasivas e diferenciadas para pessoas do sexo feminino em concursos públicos das Forças Armadas.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1348	DIREITO TRIBUTÁRIO	Alcance da imunidade do ITBI, prevista no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição, para a transferência de bens e direitos em integralização de capital social, quando a atividade preponderante da empresa é compra e venda ou locação de bens imóveis.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1349	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Forma de incidência da Taxa SELIC, conforme previsto no art. 3º da EC nº 113/2021.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1353	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Pagamento de auxílio-doença à segurada em gestação de alto risco, independentemente de período de carência.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1354	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Extinção de execução individual de sentença coletiva por ilegitimidade do exequente.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1355	DIREITO TRIBUTÁRIO	Legitimidade extraordinária de Federação Sindical para o ajuizamento de ação coletiva.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1364	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Cobrança de honorários advocatícios contratados com a entidade sindical em execuções individuais de sentença.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1369	DIREITO PENAL	Possibilidade, ou não, de reconhecimento de anistia a crime de ocultação de cadáver (crime permanente), cujo início da execução ocorreu antes da vigência da Lei da Anistia, mas continuou de modo ininterrupto a ser executado após a sua vigência, à luz da Emenda Constitucional 26/85 e da Lei nº 6.683/79.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1371	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Direito de liberdade de expressão e produção literária do preso, frente às exigências de segurança pública e disciplina carcerária.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1374	DIREITO PENAL	Análise da recepção da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, em relação aos crimes permanentes e àqueles que caracterizaram graves violações aos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar, em virtude da decisão proferida pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL na ADPF 153.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1375	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Análise da recepção da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, em relação aos crimes permanentes e àqueles que caracterizaram graves violações aos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar, em virtude da decisão proferida pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL na ADPF 153.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1376	DIREITO PENAL	Análise da recepção da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, em relação aos crimes permanentes e àqueles que caracterizaram graves violações aos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar, em virtude da decisão proferida pelo SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL na ADPF 153.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1380	DIREITO PENAL	Validade do reconhecimento pessoal realizado em desconformidade com o art. 226 do Código de Processo Penal.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1381	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Aplicação da Lei nº 14.843/2024, sobre saída temporária e trabalho externo do apenado, na execução de pena por crimes praticados antes de sua vigência.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1382	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, não sendo possível sua condenação ao pagamento de despesas processuais e honorários de sucumbência, sob pena de ferimento à sua independência e autonomia.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1387	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Excesso de poder regulamentar de atos do Poder Executivo que disciplinam a destinação de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1389	DIREITO CIVIL	Competência e ônus da prova nos processos que discutem a existência de fraude no contrato civil/comercial de prestação de serviços; e a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo para essa finalidade.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral

1390	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Aplicação imediata do art. 201, §16º, da Constituição Federal, que prevê a rescisão compulsória do contrato de trabalho do empregado público que atinge 75 anos de idade.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1391	DIREITO TRIBUTÁRIO	Constitucionalidade da incidência de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) sobre o ganho de capital na doação a título de adiantamento de legítima.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1392	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Possibilidade de a pronúncia, e consequente submissão ao Tribunal do Júri, poder ser realizada a partir de testemunhos de "ouvir dizer" e se essa prova é lícita e valorável pelos juízes.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1397	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Constitucionalidade da cobrança de contribuição de pensão militar devida pelos militares das Forças Armadas em relação aos pensionistas militares do Distrito Federal, com fundamento em Lei Federal (Lei nº 13.954/2019).	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1398	DIREITO TRIBUTÁRIO	Garantia de imunidade tributária para fins de incidência de IPTU em relação a bens imóveis de estais afetados à prestação de serviço público.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1399	DIREITO ASSISTENCIAL	Prazo prescricional de um ano do art. 14 da Medida Provisória nº 1.039/2021 para os pedidos de auxílio emergencial.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1401	DIREITO TRIBUTÁRIO	Constitucionalidade da limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL na hipótese de extinção da pessoa jurídica.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1403	DIREITO CIVIL	Direito de fiscalização da exploração econômica das obras intelectuais inseridas em plataformas digitais, com fundamento nos dispositivos constitucionais que compõem o sistema de proteção da propriedade intelectual.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1404	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Provas obtidas pelo Ministério Público por requisição de relatórios de inteligência financeira ou de procedimentos fiscalizatórios da Receita, sem autorização judicial e/ou sem a prévia instauração de procedimento de investigação formal.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1406	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Usurpação da competência privativa da União, prevista no artigo 22, inciso XVI, da Constituição da República, por norma local (estadual, distrital ou municipal) que impõe condições ou restringe o exercício de determinada profissão.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1407	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Constitucionalidade da extensão do privilégio fazendário da prescrição quinquenal às pretensões contrárias aos Correios.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1408	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Aplicação da Lei nº 14.843/2024, sobre a obrigatoriedade do exame criminológico para a progressão de regime, na execução de pena por crimes praticados antes de sua vigência.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1410	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Aplicação anual mínima em ações e serviços públicos de saúde, conforme vinculação constitucional do art. 198, §2º da Constituição Federal e do art. 77, do ADCT, em período anterior à Lei Complementar nº 141/2011. Descumprimento por parte de Estado. Análise sobre a constitucionalidade da determinação judicial de compensação parcial do valor devido, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1411	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Violação ao direito à liberdade de crença e religião do preso frente à imposição de corte de barba ou cabelo.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1412	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Abrangência das medidas protetivas nas hipóteses de violência contra a mulher baseada no gênero, frente às obrigações assumidas pelo Estado brasileiro nos sistemas de proteção dos direitos humanos.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1413	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Atribuição de responsabilidade tributária ao intermediador de pagamento e/ou à plataforma de marketplace pelo ICMS incidente sobre operações com mercadorias ofertadas ou vendidas por terceiros em meio eletrônico nas hipóteses de ausência de emissão de nota fiscal obrigatória e/ou descumprimento de obrigações acessórias.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1415	DIREITO TRIBUTÁRIO	Incidência da contribuição previdenciária, prevista no art. 195; I; a, da Constituição Federal, sobre as parcelas de vale-transporte e do auxílio alimentação pagas pelo empregador a partir de desconto sofrido pelo empregado.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-

1417	DIREITO DO CONSUMIDOR	Prevalência das normas sobre o transporte aéreo em relação às normas de proteção ao consumidor para disciplinar a responsabilidade civil por cancelamento, alteração ou atraso de voo por motivo de caso fortuito ou força maior.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1421	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	(a) Definição da competência constitucional da Justiça do Trabalho ou da Justiça Comum Federal para processar e julgar ações em que se discuta a condição de segurado do Regime Geral de Previdência Social de beneficiário de auxílio por incapacidade temporária que, mesmo após autorização do INSS e cessação do benefício, não retorna ao exercício de suas atividades laborais por decisão do empregador e (b) interpretação conforme à Constituição do art. 15, II, da Lei 8.213/1991, que define o período de graça previdenciária, na situação em que o beneficiário de auxílio por incapacidade temporária, mesmo após autorização do INSS e cessação do benefício, não retorna ao exercício de suas atividades laborais por decisão do empregador.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1422	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Acesso inicial e direto aos níveis avançados de carreira por servidores que possuem, no ato de investidura, a titulação acadêmica exigida por lei.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1423	DIREITO CIVIL	Constitucionalidade da cláusula de plano de previdência complementar que exige o mesmo tempo de contribuição para homens e mulheres para recebimento do benefício integral, em face do artigo 5º, inciso I da Constituição Federal	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1425	DIREITO PENAL	Imprescritibilidade do crime de redução à condição análoga a de escravo, à luz dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1426	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Possibilidade, ou não, de os Estados-Membros determinarem a caça de espécies exóticas invasoras em seu território, à luz dos arts. 24, VI e 225 da Constituição Federal.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1429	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Preservação da coisa julgada formada antes do julgamento da ADI 2.332 quanto ao índice de juros compensatórios para remuneração pela imissão provisória na posse de bem desapropriado.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1431	DIREITO DA SAÚDE	Fornecimento de transporte individual e/ou especial para pacientes que realizam tratamento médico.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1432	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Legitimidade de profissionais que não têm domicílio na mesma base territorial do sindicato para executarem título judicial formado em ação coletiva ajuizada pela entidade sindical.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1434	DIREITO TRIBUTÁRIO	Incidência do princípio da anterioridade nonagesimal sobre a contribuição ao Fundo Estadual de Infraestrutura do Estado de Goiás (FUNDEINFRA).	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1435	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Definição se é possível a concessão de licença-maternidade a um dos homens integrantes de união homoafetiva à luz do princípio de isonomia.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1436	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Definição se a atuação da Defensoria Pública na condição de custos vulnerabilis em processos individuais de natureza penal viola as prerrogativas funcionais da própria Defensoria Pública ou do Ministério Público.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1437	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Inclusão dos valores de auxílio-alimentação pagos antes da Lei nº 13.416/2017 no salário de contribuição, independentemente de recolhimento de contribuição previdenciária.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1438	DIREITO DO TRABALHO	Constitucionalidade da admissão de trabalhadores para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento em empresas públicas e sociedades de economia mista, independentemente de concurso público e autorização em lei específica.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1441	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Definir se constitui ofensa ao sigilo profissional do advogado a celebração de acordo de colaboração premiada entre este e os órgãos de persecução penal nas hipóteses nas quais o próprio causídico figura como investigado de integrar organização criminosa.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-

1443	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Competência para processar e julgar crime ambiental que envolva espécie nativa constante na Lista Nacional de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção, independentemente da transnacionalidade do delito.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Suspensão Nacional Vigente	265 - Recurso Extraordinário com repercussão geral
1445	DIREITO TRIBUTÁRIO	Incidência de contribuição previdenciária patronal sobre os valores pagos ao empregado a título de décimo terceiro salário proporcional ao aviso prévio indenizado.	Analisada Preliminar de Repercussão Geral	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1446	DIREITO TRIBUTÁRIO	Inclusão do PIS e da COFINS na base de cálculo do ICMS.	Analisada Preliminar de Repercussão Geral	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1447	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Direito do segurado contribuinte individual não cooperado à aposentadoria especial e discussão dos meios de prova da especialidade de sua atividade.	Analisada Preliminar de Repercussão Geral	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1448	DIREITO DO TRABALHO	Aplicabilidade das alterações promovidas pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) aos contratos de trabalho em curso na data de sua entrada em vigor.	Analisada Preliminar de Repercussão Geral	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1449	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO	Direito do estudante com deficiência à matrícula em estabelecimento público de ensino em tempo integral situado nas proximidades de sua residência ou do local de trabalho de seus responsáveis ou à disponibilização de vaga em instituição privada custeada pelo Estado, na inexistência de vaga na rede pública apta a atendê-lo.	Acórdão de Repercussão Geral publicado	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1450	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	Contagem especial de períodos registrados na prestação de serviços de eletricitista, diante do reconhecimento da periculosidade da atividade, para fins de aposentadoria pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS).	Analisada Preliminar de Repercussão Geral	RG negada	Sem Suspensão Nacional	-
1451	DIREITO PROCESSUAL PENAL	Inadmissibilidade, nos termos do artigo 5º, inciso LVI, da Constituição Federal, de provas resultantes de desrespeito comissivo ou omissivo aos direitos fundamentais da vítima, notadamente sua dignidade e honra, pelo magistrado e demais atores processuais durante a realização dos atos instrutórios nos processos por crimes sexuais.	Analisada Preliminar de Repercussão Geral	RG reconhecida	Sem Suspensão Nacional	-
1452	DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO	Possibilidade de penhora do único bem residencial da família, alugado a terceiros, ante à alegação de que a renda se destina para subsistência ou moradia.	Em julgamento	Em análise	Sem Suspensão Nacional	-
1453	DIREITO PROCESSUAL PENAL	NÃO INFORMADO	Em julgamento	Em análise	Sem Suspensão Nacional	-